

# Educação: alicerce da cidadania



Por Guilherme Baroli\*

De *slogans* em *slogans*, o Brasil caminha, se mostrando, como já é de praxe definir, uma nação do futuro.

Fernando Henrique Cardoso optou por “Trabalhando por Todo o Brasil” no primeiro mandato e, “Avança, Brasil”, no segundo. Lula, por sua vez, carregou, durante os oito anos como presidente, o *slogan* “Brasil, um País de todos”. Já Dilma, cunhou dois: “País Rico é País Sem Pobreza” e, o mais recente, “Brasil: Pátria Educadora”.

Esse último, além de ser o mais atual, traz a palavra-chave. E por isso é o objeto deste artigo.

O *slogan* sintetiza as qualidades de um produto, uma ideia, um propósito. No caso político, precisa convencer e resume o foco da gestão durante o período em questão.

Dilma Rousseff, em seu discurso de posse no Congresso Nacional, saldou os brasileiros com a promessa de que a educação seria a “prioridade das prioridades” até 2018.

Ter a palavra “educadora” na mensagem principal do governo, a priori, denota progresso. Afinal, ninguém mais tem dúvidas de que para o Brasil avançar, com oportunidades para todos, e ser rico – porém realmente sem pobreza –, há de se concentrar esforços para que se pense, de forma séria, a Educação no país. Se a pátria se coloca como protagonista na tarefa de educar, apesar das dificuldades, pode-se ter, no mínimo, a esperança de que algo mudará.

## Desafios que persistem

O problema, como sempre, esbarra na consolidação dos planos que na retórica e na propaganda funcionam muito melhor. Para contextualizar as dificuldades, podemos destacar alguns pontos expostos pelo articulista do jornal El País Brasil, o premiado escritor Luiz Ruffato.

Firme em suas posições, criticou a escolha do *slogan*. “O desprezo do governo Dilma pela educação não é maior que o de todos os outros que a precederam. A diferença é que nenhum antes havia manifestado tamanho cinismo”, escreveu.

Ele completa que, “desde o fim da ditadura, em 1984, passaram pela pasta [ministério da Educação] 19 pessoas – sete apenas sob administração de Dilma Rousseff, ou seja, média de mais de um por ano. Com um histórico destes, torna-se difícil até mesmo formular políticas públicas de curto prazo – e absolutamente impensável elaborar projetos de longo prazo, que é o que necessitamos com urgência”, resume.

Ruffato relata ainda os bilionários cortes – cerca de R\$ 9,5 bilhões, anunciados em maio de 2015 – no orçamento destinado à Educação. “Dois meses depois, a área perdeu outro R\$ 1 bilhão, numa clara sinalização de que o setor nunca foi e continua não sendo prioridade do governo”, conclui.

Para confirmar a tese, o texto destaca também que o Brasil ocupa o 60º lugar, numa lista de 76 países, no ranking de qualidade de educação, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que avalia o conhecimento de alunos na faixa de 15 anos em matemática, leitura e ciências.

A queda na qualidade do aprendizado dos alunos, revelada pelos resultados do último Enem, a situação precária das universidades, as reduções de 50% do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), e o congelamento das vagas do programa Ciências sem Fronteiras, concluem a reflexão que põe em dúvida se educação é mesmo a principal bandeira do governo federal.

## **Palavra do governo**

Não é honesto criticar cortes – sejam eles em qualquer pasta do governo – sem levar em conta a crise econômica atual, considerada a pior desde 1990, que nos colocou numa recessão e poderá fazer a nova geração conhecer o que seus pais não gostariam de lembrar: longo período de uma inflação descontrolada e alto índice de desemprego.

Não entrando no mérito de como chegamos até este abismo fiscal, a realidade é que ajustes precisam ser feitos, para o bem do Brasil. É uma questão de matemática, que não pode ser avaliada com romantismo.

Por isso, tem que se de dar destaque à resposta do então ministro da Educação, Renato Janine (6 de abril a 30 de setembro de 2015) no último mês de julho, após o governo anunciar os cortes no orçamento. Janine disse que iria trabalhar para que o ajuste fiscal não afetasse a essência dos programas da pasta.

"Tem-se menos dinheiro, então o que estamos fazendo é procurar preservar ao máximo possível a qualidade dos programas, a essencialidade dos programas, e escalar o que não possa ser feito neste ano para fazer no futuro", disse o então ministro em entrevista à BBC Brasil.

À época, Janine, que é professor de ética e filosofia política na Universidade de São Paulo, afirmou que o principal objetivo de sua gestão era melhorar o ensino básico. Mas ficou no ministério por apenas cinco meses. Deixou o governo afirmando que “dificuldades financeiras” haviam travado sua missão. A tarefa, agora, é responsabilidade do novo ministro, o ex-senador Aloizio Mercadante.

## **Plano de ação**

Com todo esse diagnóstico, não adianta apenas apontar erros, mas definir um plano de ação, as prioridades, e entender o que é possível ser feito.

Podemos olhar para os países com os melhores sistemas de ensino para buscar inspirações.

O estímulo contínuo à formação completa e de qualidade a professores foi a solução encontrada pelo Reino Unido e Estados Unidos. A informação é da revista Nova Escola, que investigou também como Coreia do Sul, Finlândia e Japão – países considerados modelos em Educação – preparam seus educadores. A conclusão, acredito que óbvia para muitos – é que tratar o professor como prioridade tem registrado bons resultados.

Mas não precisamos ir tão longe. O município de Sobral, no Ceará, foi o que mais cresceu em Educação e virou modelo nacional de gestão.

Com muitos problemas na educação pública, a cidade desenvolveu um plano de gestão, apostando na erradicação do analfabetismo, na diminuição da evasão escolar, na valorização do professor e na meritocracia. Deu tão certo que o município com pouco mais de 147 mil habitantes virou base para o projeto nacional de ensino, que começou a ser implementado em todo o país em 2013.

Além de investimento em infraestrutura, formação contínua de professores, avaliações regulares e ter proximidade com a comunidade, é necessário uma gestão eficiente em educação. Propostas que já até viraram frases clichê na boca daqueles que não se cansam – e não desistem – em discutir o assunto. Fundamental, também, é a participação efetiva e cobrança, diária, da sociedade.

Gente disposta e com expertise para enfrentar o problema e conduzir o país no caminho dessa transformação existe, aos montes.

O primeiro passo, aparentemente, continua sendo o maior dos entraves: a iniciativa do governo federal em abraçar, de fato, um programa robusto e consistente da Educação nacional. Dando menos importância à

*slogans* e mais à destinação de suficientes porcentagens do PIB à causa; acompanhando o desempenho de todos os alunos; e olhando atento aos indicadores da qualidade do ensino.

É capaz do próprio governo se espantar com o resultado.

Como costuma definir a diretora executiva do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz, educação de qualidade significa a única forma de “romper o ciclo de exclusão e de pobreza de milhares crianças”.

População mais educada, num ambiente com reais oportunidades significa também um país mais qualificado para produzir tecnologia e colher os frutos de uma economia mais dinâmica e próspera. Significa um país que compreende que educar é, acima de tudo, o principal alicerce da cidadania.

***\*Guilherme Baroli é jornalista***